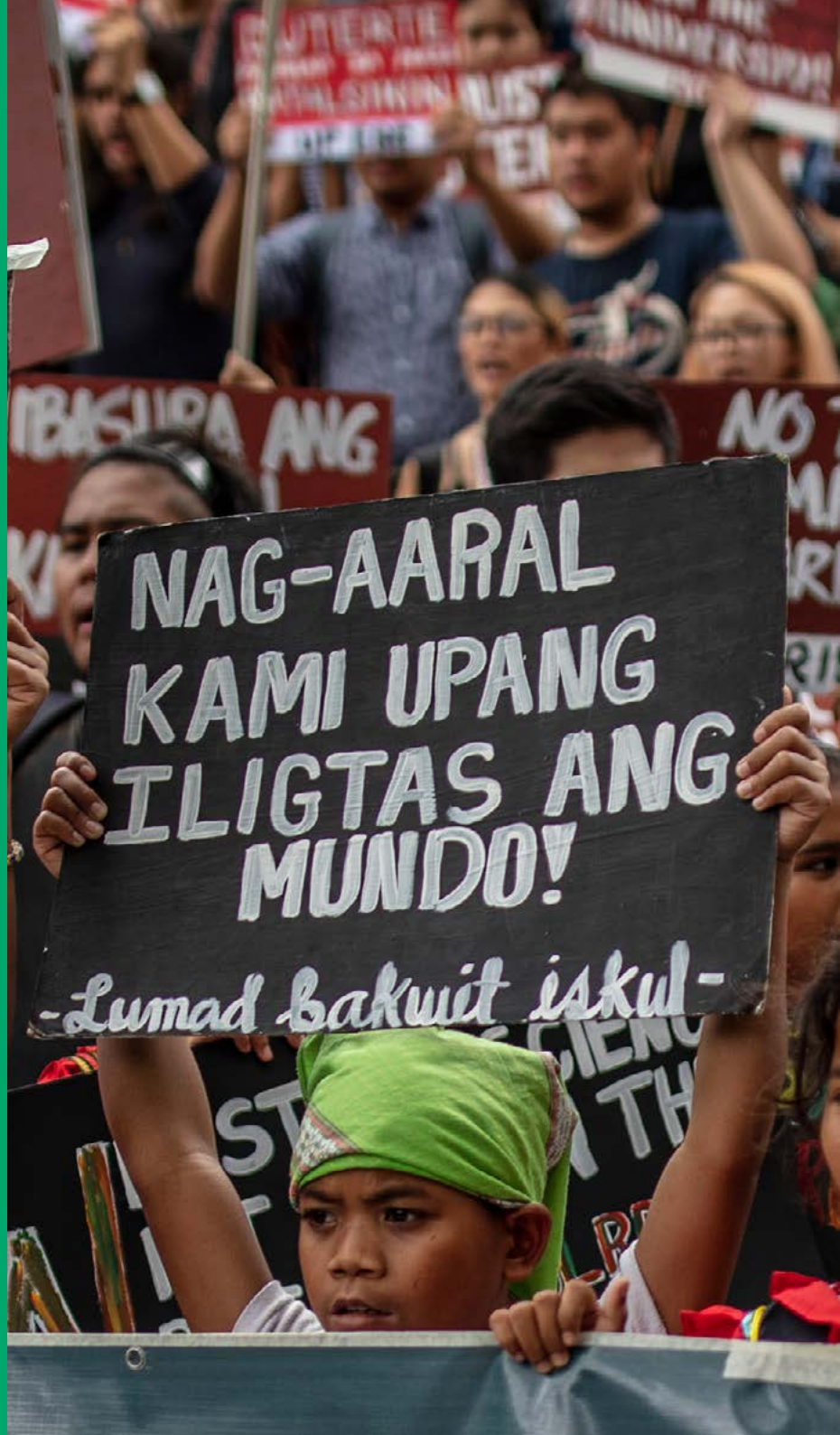
CIVICUS

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DA SOCIEDADE CIVIL

2020



Mulheres muçulmanas protestam contra a decisão do governo indiano de revogar o status especial de Jammu e Caxemira. Crédito: Yawar Nazir/Getty Images

ÍNDICE

SOBRE ESTE RELATÓRIO 4

PREFÁCIO 5

SUMÁRIO EXECUTIVO 6

UM RETRATO DE UM MUNDO EM MUDANÇA 6

O IMPACTO DA SOCIEDADE CIVIL NUM ANO DE AÇÃO 11

OLHANDO PARA O FUTURO: COMO SERÁ O MUNDO PÓS-PANDÊMICO? 15

CRÉDITOS 18

Data de publicação: maio de 2020
Foto da capa: Um menino indígena segura uma placa dizendo 'Estamos estudando para salvar o mundo' durante a Greve Global pelo Clima, em Manila, Filipinas.
Crédito: Ezra Acayan/Getty Images

Ativista protesta contra uma iniciativa anti-aborto durante o confinamento por COVID-19 em Cracóvia, Polônia. Crédito: Omar Marques/Getty Images

SOBRE ESTE RELATÓRIO

Desde 2012, o CIVICUS publica anualmente seu Relatório sobre o Estado da Sociedade Civil, que analisa como os eventos e tendências atuais estão afetando a sociedade civil e como a sociedade civil está respondendo aos principais problemas e desafios de nosso tempo. Esta é a nona edição do nosso relatório, focada na ação da sociedade civil e nas tendências que de alguma forma afetaram a sociedade civil durante 2019.

Nosso relatório é da, sobre e para a sociedade civil, e é baseado em 50 entrevistas com ativistas, líderes e especialistas da sociedade civil, além de outras pessoas próximas aos principais eventos do ano. Nosso relatório de 2020 também se baseia nos programas contínuos de pesquisa, análise e incidência da CIVICUS, bem como no trabalho de nossos membros, redes e aliados. Em particular, apresenta dados do CIVICUS Monitor, nossa plataforma on-line que rastreia as condições de espaço cívico em 196 países. Nosso relatório abrange cinco áreas principais nas quais a sociedade civil foi particularmente ativa em 2019:

- Ação da sociedade civil contra a crise climática
- Ação coletiva motivada pela injustiça social
- O desafio da exclusão e a reivindicação de direitos
- O estado das liberdades democráticas
- A sociedade civil na esfera internacional

Pessoas se manifestam contra a islamofobia em Paris, França, em novembro de 2019. Crédito: Mustafa Yalcin/Agência Anadolu via Getty Images

PREFÁCIO
LYSA JOHN, SECRETÁRIA GERAL DA CIVICUS

Na sociedade civil, sempre soubemos que a mudança pode acontecer muito rapidamente. Sempre fizemos todo o possível para impulsionar transformações e para estar prontos para enfrentá-las quando elas surgirem.

Mas este relatório anual da CIVICUS sobre as principais ações da sociedade civil e as principais tendências que a afetam chega em um momento de turbulência e perplexidade. Passamos da mobilização em massa para a quarentena e o isolamento obrigatórios. Fomos das grandes questões sobre o poder e sua distribuição à luta para dar todo o apoio em nosso alcance para as comunidades mais afetadas. Saímos das vitórias descritas nas páginas deste relatório, com grandes progressos no desafio ao poder autocrático, na reinvindicação de direitos e no esforço para fazer ouvir as vozes dos mais excluídos, para enfrentar uma nova onda de restrições de direitos. Restrições essas que muitas vezes foram impostas de maneira oportunista sob o pretexto de combater a pandemia, mas com o real objetivo de reduzir as liberdades para consolidar o poder do governo.

Caso houvesse ainda alguma dúvida, a crise provou mais uma vez que a sociedade civil é absolutamente necessária. Estamos nos mobilizando para apoiar as pessoas mais necessitadas, cuja exclusão econômica, política e social preexistente as torna mais vulneráveis aos impactos da crise. Estamos trabalhando duro para transformar nosso ativismo e coordenar nossas ações a partir da esfera virtual. Continuamos a responsabilizar os tomadores de decisão, defendendo uma resposta à crise que seja eficaz ao mesmo tempo que respeite os direitos humanos e exigindo que os poderes de emergência sejam revogados o mais rápido possível.

Nessa mobilização, nos valemos dos recursos que testamos e aprimoramos ao longo das muitas lutas bem-sucedidas de 2019, descritas nas páginas deste relatório. Rapidamente, reunimos colaborações e lançamos esforços coletivos. Mas também devemos reconhecer os desafios que enfrentamos. Muitas organizações tiveram que realizar renegociações urgentes com seus financiadores, o que trouxe à tona a questão da dependência de doadores e a ênfase dada por estes na execução de projetos pontuais de duração determinada. Houve questões de competição por posição e reconhecimento e, apesar dos tremendos esforços para compartilhar informações, as dificuldades de coordenação permanecem. Reconhecemos a imensa pressão que a crise colocou sobre o pessoal das organizações da sociedade civil e estamos trabalhando para desenvolver e promover um protocolo de segurança social para o setor. Também estamos chamando a atenção para a necessidade de investimento sistemático na sociedade civil local e de uma infraestrutura que apoie uma sociedade civil relevante e resiliente, particularmente no sul global.

A sociedade civil está liderando a reflexão sobre o mundo que poderia emergir dessa crise. Como este relatório destaca, mesmo antes da pandemia nosso mundo enfrentava enormes desafios: restrições aos direitos humanos e à democracia, fracasso econômico, desigualdade, multilateralismo disfuncional e crise climática. O desafio não é voltar aos velhos costumes, mas avançar para um novo normal: um mundo pós-pandemia mais justo e equitativo, onde os direitos sejam amplamente reconhecidos. Devemos nos comprometer a construir um mundo apto para as pessoas - muitas das quais ocupam os espaços de menor poder na sociedade - que estão colocando em prática os valores de empatia e compaixão, marca registrada da sociedade civil, e que estão arriscando suas vidas na luta contra o vírus.

Este relatório é rico em ideias que podem nos ajudar a criar um mundo melhor, além de conter um amplo repertório de ações já tomadas pela sociedade civil para construí-lo. Agora é a hora de acelerar esses esforços e desbloquear o potencial da sociedade civil, removendo as muitas restrições que reduzem o espaço cívico. Espero que você se inspire nas muitas histórias de ação cidadã contidas nas páginas do nosso relatório e se junte a nossa luta para construir uma recuperação socialmente justa e baseada em direitos.

Em solidariedade,
Lysa John

SUMÁRIO EXECUTIVO

UM RETRATO DE UM MUNDO EM MUDANÇA

Esta é a nona edição do nosso relatório anual que acompanha a ação da sociedade civil no que diz respeito às principais questões do dia e às principais tendências que têm impacto na sociedade civil. Ele examina e analisa os principais acontecimentos de 2019, ao explorar o ativismo climático; a ação cívica para desafiar a exclusão; as mobilizações populares motivadas pela privação e a desigualdade; o estado das liberdades democráticas; e o engajamento da sociedade civil a nível internacional, com foco nas oportunidades de renovação oferecidas pelo 75º aniversário das Nações Unidas (ONU). A iniciativa se baseia nas vozes de muitos ativistas, líderes e peritos da sociedade civil para apresentar perspectivas da e para a sociedade civil.

Este relatório proporciona uma imagem de um mundo que possivelmente mudou de forma irrevogável. A pandemia da COVID-19 espalhou-se pelo mundo na altura da finalização do presente texto, e os seus impactos já têm grande alcance.

A sociedade civil sofreu esses impactos. Em todo o mundo, as sociedades entraram em quarentena, o que pôs fim aos numerosos protestos em massa que marcaram o ano de 2019 e continuaram até 2020. Grande parte do trabalho regular da sociedade civil tornou-se muito mais difícil, porque as atividades cruciais foram suspensas e as comunidades que servimos ficaram fora do nosso alcance, conduzindo-nos a tentar mobilizar a solidariedade social enquanto praticamos o distanciamento físico. Focamos em reorientar as nossas energias para a resposta de emergência, e fizemos esforços por servir as muitas pessoas que enfrentam doenças, fome, penúria e a negação de direitos. Conseguimos lidar com o deslocamento das nossas ações para o ambiente virtual, o que exigiu novas competências e recursos, desafiou as nossas formas habituais de organização e revelou os fossos digitais e os desequilíbrios de poder online entre as vozes dominantes e os grupos excluídos, e entre o Norte e o Sul globais.

Os confinamentos obrigatórios trouxeram **restrições** às liberdades individuais. Muitas pessoas compreenderam a necessidade temporária de tomar essas medidas, as quais são consistentes com o dever dos Estados de proteger a vida das pessoas, mas porque implicavam restrições adicionais ao **espaço cívico**, tornaram mais difícil o escrutínio dos tomadores de decisão e a responsabilização dos mesmos. A atividade econômica abrandou, prejudicando as pessoas mais vulneráveis e aumentando a procura por nossos serviços essenciais, mas também limitou as nossas bases de recursos. Os confinamentos interromperam os programas previstos, exigindo negociações urgentes com **os financiadores** e pondo em causa a capacidade de resistência de muitas organizações da sociedade civil (OSC). As OSCs precisaram encontrar novas formas de apoiar a sua equipe e de zelar pela sua saúde física e mental.

Contudo, embora os impactos da pandemia fossem profundos, nenhum dos problemas revelados eram novos. As liberdades cívicas e democráticas cruciais já estavam sendo negadas: antes da pandemia, o CIVICUS Monitor, que acompanha o espaço cívico em 196 países, revelou que apenas **três por cento** da população mundial vivia em países onde as liberdades cívicas fundamentais de associação, reunião pacífica e expressão eram amplamente respeitadas, apesar destas serem essenciais para a saúde e vitalidade da sociedade civil. Num mundo marcado pela desigualdade, as políticas econômicas já falhavam com a maioria das pessoas. Apesar das proteções consagradas no direito internacional e nas constituições nacionais, as pessoas já eram excluídas com base na sua identidade. A cooperação internacional já era inexistente e contestada, com instituições multilaterais prejudicadas pelas manobras de Estados poderosos, líderes desonestos, grupos contra a defesa dos direitos humanos e grandes empresas. E a crise climática já tinha revelado as insuficiências e a falta de preparação das estruturas existentes para responder a emergências globais. A pandemia exacerbou, acelerou e expôs ainda mais estes desafios econômicos, políticos e sociais vitais.

Ao longo de 2019, os líderes, em múltiplos contextos, procuraram o poder sem restrições, recusaram-se a se sujeitar à concorrência política e reprimiram vozes dissidentes. Mesmo enquanto o vírus devastou os países, os Estados repressivos reforçaram os instrumentos de repressão, ao tentar consolidar o poder vigente, aproveitando cinicamente a pandemia como uma oportunidade para introduzir medidas que impunham restrições adicionais à sociedade civil e à oposição política.

Muitas vezes, os governos e os dirigentes das empresas consideraram a sociedade civil como um adversário e não como um valioso parceiro na resposta à crise. O uso excessivo dos poderes de emergência e das restrições introduzidas incluiu censura, limitações no acesso à informação

Uma voluntária prepara pacotes de alimentos para distribuir durante a pandemia em Hermosillo, México. Crédito: Israel Garnica/Norte Photo/Getty Images

e violações do direito à privacidade, além de ameaças, prisões e detenções de ativistas da sociedade civil, jornalistas, trabalhadores da linha da frente e outras pessoas envolvidas que divulgaram informações sobre a pandemia, questionaram a resposta do seu governo ou revelaram deficiências. Em muitos casos, as forças de segurança usaram violência contra pessoas que consideraram terem violado os confinamentos, ao passo que para as pessoas defensoras dos direitos humanos **detidas,** os riscos de infecção eram assustadores. Em muitos contextos, parecia estar em curso um processo de tomada de poder por parte do Estado, o que aumentava o risco de uma institucionalização permanente de medidas de emergência que viriam reduzir as liberdades fundamentais.

A pandemia revelou ainda o poder persuasivo da desinformação, porque permitiu que os boatos nocivos se espalhassem amplamente, e o custo da censura, pois as tentativas do Estado chinês de suprimir as notícias iniciais sobre o vírus para proteger os seus interesses desencadearam consequências globais desastrosas. Muitos Estados modelaram tecnologias de localização e vigilância intrusivas, ao mesmo tempo que procuravam normalizar as restrições de acesso à Internet. Consequentemente, as pessoas tinham dificuldade em ter acesso à informação confiável que podia ajudar a protegê-las e às suas famílias, e muitas tornaram-se divulgadoras inadvertidas da desinformação.

A crise igualmente revelou que as escolhas políticas são importantes. As edições passadas deste relatório acompanharam o ressurgimento do populismo de extrema-direita e do nacionalismo, bem como de lideranças machistas e fortes que, mesmo quando conquistam o poder por meios democráticos, continuam a fechar o espaço para a responsabilização democrática e à dissidência. A pandemia expôs a deficiência de muitos destes líderes políticos, uma vez que eles se abandonaram ao exibicionismo, promoveram a divisão, manipularam a opinião pública, manobraram a situação no intuito de obter benefícios políticos e aproveitaram oportunidades para suprimir ainda mais as lutas pela justiça e pelos direitos humanos. Os estilos de liderança que se revelaram mais eficazes foram os que respeitaram os pareceres científicos, deram prioridade às necessidades dos mais vulneráveis, compreenderam a necessidade de comunicar honestamente e procuraram preservar o melhor equilíbrio possível entre a segurança pública e as liberdades constitucionais duramente conquistadas.

As pessoas compreenderam, em grande medida, que a resposta à crise envolvia decisões complexas sobre a proteção da saúde pública e os impactos prováveis dos confinamentos nas pessoas e nas economias, mas

as pessoas tiveram mais sucesso quando fizeram compromissos difíceis através de processos claros e compreensíveis, conduzidos por líderes políticos que gozavam da confiança do público. Entre os que estiveram à altura do desafio contam-se várias novas mulheres líderes e outras pessoas que adotaram uma perspectiva feminista e puseram em prática política os valores que partilharam com a sociedade civil: compaixão, empatia e empenho humanitário.

As medidas de confinamento travaram a maior parte da atividade econômica, com o resultado que muito mais pessoas passaram a viver em condições de vida precárias. As pessoas perderam os seus empregos ou foram forçadas a tirar folgas, tiveram de aceitar cortes salariais ou o confinamento resultou no encerramento de pequenas empresas que tinham sido construídas ao longo de anos de esforço e poupança. Em alguns países, as pessoas que precisavam de tratamento vital enfrentavam contas de saúde ruinosas. Ao mesmo tempo que muitos tiveram de ficar em casa ou viram as suas atividades econômicas reduzidas, outros nunca estiveram tão ocupados, enfrentando diariamente riscos pessoais no seu trabalho essencial para manter o funcionamento das sociedades. O vírus revelou o fato de que as pessoas das quais as nossas sociedades mais dependem - pessoal médico, pessoal de emergência, pessoal de transporte, pessoas que vendem e entregam alimentos – estão entre as menos recompensadas, e muitas delas vivem rotineiramente uma vida de dificuldades econômicas e de sofrimento. Em contrapartida, os mais ricos não contribuíram muito aos esforços para enfrentar a crise. Para além de alguns casos de filantropia que implicaram uma perda de riqueza relativamente negligenciável, a maioria dos super-ricos contentou-se em sobreviver a crise em isolamento luxuoso, até aumentando a sua grotesca fortuna através da especulação financeira. Os pedidos de salvamento das grandes empresas alimentaram a raiva do público em relação à evasão fiscal das empresas e das elites. A pandemia revelou que o que estava em jogo era demasiado importante para ser deixado ao mercado. Expôs ainda mais uma realidade que motivou protestos em todo o mundo em 2019, em que as pessoas exigiam uma mudança fundamental de um sistema econômico que torna um pequeno número de pessoas muito ricas, mas deixa a maioria das pessoas vulneráveis aos choques econômicos e prejudicadas pela desigualdade.

Embora fosse verdade que qualquer pessoa podia apanhar o vírus, as pessoas em maior risco de infecção e com maior probabilidade de serem afetadas pelo vírus eram **pessoas** empobrecidas e **excluídas**. As pessoas que já viviam em dificuldades econômicas eram vulneráveis porque o seu trabalho as expunha mais ao perigo, porque tinham menos acesso a serviços médicos e porque as suas circunstâncias de vida tornavam mais difícil o distanciamento físico e o acesso a um saneamento decente. Entre as pessoas mais afetadas encontravam-se migrantes e pessoas pertencentes a minorias étnicas, que desproporcionalmente desempenham trabalhos que não podem ser feitos em isolamento, e trabalhadores informais, que frequentemente provêm de grupos excluídos e que muitas vezes ficaram sem rendimentos. As pessoas idosas e as com sistemas imunitários comprometidos, incluindo em consequência de privações, enfrentaram o maior perigo com o vírus. As mulheres e as crianças que se encontravam confinadas enfrentavam maiores riscos de violência e abusos, enquanto muitas mulheres eram obrigadas a assumir a maior parte das tarefas de assistência e educação, reforçando a sua subordinação, e muitas crianças não frequentavam a escola essencial. As pessoas com deficiência viram os seus direitos desfeitos por regras de emergência. As minorias religiosas e étnicas, as pessoas da diáspora chinesa e as **pessoas LGBTQI+** foram expostas a ameaças e violência em resultado da desinformação que as culpava pela propagação do vírus, tendo sido alvo de ataques das forças de segurança durante os confinamentos. A pandemia reforçou, portanto, os padrões de exclusão que muitos na sociedade civil se esforçam por combater.

O vírus não tinha respeito pelas fronteiras, assim tornou claro como o nosso mundo está interligado. Sublinhou a necessidade de cooperação e coordenação internacionais, mas também a atual disfunção da governança global. Os diferentes Estados seguiram caminhos diferentes em resposta, e alguns foram lentos a agir com base em conselhos a nível internacional, seguindo abordagens manifestamente nacionalistas que agravaram a crise para as pessoas com menos poder. Os países que melhor se saíram foram os que seguiram os conselhos, e as taxas de sucesso diferenciadas foram a prova do valor do intercâmbio global de soluções e tecnologias que são possibilitadas por instituições multilaterais independentes e com capacidade de resposta. Embora muitas fronteiras tenham fechado, suscitando o receio de restrições a longo prazo ao fluxo de pessoas e ideias, as principais instituições internacionais continuaram a promover valores e normas positivas, coordenando a redução da dívida, exortando ao cessar-fogo e apelando ao respeito dos direitos humanos e da justiça de gênero na resposta à crise. Mas, em vez de reforçar essas instituições, proeminentes dirigentes políticos atacaram-nas, prosseguindo as suas recentes práticas de enfraquecimento através da difamação, da retirada, da supressão de financiamento e do enfraquecimento a partir de dentro.

Com muitos voos imobilizados, transportes públicos reduzidos e muita atividade industrial paralisada, o planeta viu uma suspensão temporária de algumas das piores causas de danos climáticos. Nas cidades normalmente poluídas, vimos a despoluição do ar. A sensibilização sobre a necessidade de uma ação urgente em matéria de alterações climáticas já era elevada, devido ao ativismo cívico generalizado de 2019 e aos incêndios florestais, inundações e outros fenômenos climáticos extremos que causaram grandes danos desde a Amazônia até à Austrália. A pandemia constituiu uma oportunidade para refletir sobre o impacto climático das economias industriais e das nossas atividades diárias e para questionar os nossos atuais meios de produção e comércio. Os responsáveis pela maior parte do consumo e das viagens aéreas talvez tenham percebido que poderiam sobreviver com menos. Em muitos países, gerações inteiras experimentaram pela primeira vez o que é viver em condições de emergência. Se tiveram sorte, viram os seus governos seguirem conselhos baseados no consenso científico e lidar melhor com a crise em resultado disso; se não, viram os danos exacerbados por líderes autoritários e imprudentes, concentrados na consolidação do seu poder. Muitos dos governos e líderes que ignoraram os pareceres científicos sobre a pandemia, colocando as pessoas em maior risco em consequência, foram também aqueles que se recusaram a levar a sério a crise climática. Em todas as frentes, foi clara a importância de atuar em termos de consenso científico para proteger as pessoas.

O papel da sociedade civil foi mais vital do que nunca. As OSCs, sempre na linha da frente da resposta a crises, forneceram cuidados de saúde, alimentação, abrigo e outros bens essenciais às pessoas necessitadas. O tipo de solidariedade que a sociedade civil fomenta e mobiliza, desde o nível local até ao nível global, foi crítico em ajudar as pessoas ultrapassar a crise. As sociedades testemunharam uma resposta voluntária excepcional à medida que as pessoas se apresentaram para ajudar os seus vizinhos, sustentar as suas comunidades e reforçar a linha da frente. À medida que muitas pessoas se isolaram, passaram a apreciar o valor da interação humana, da comunidade e da solidariedade, dentro e além das fronteiras: princípios fundamentais que animam a sociedade civil. As OSCs também trabalharam para modelar respostas à crise que apoiaram o seu pessoal e suas famílias e defenderam os direitos laborais, nomeadamente através do desenvolvimento de um **protocolo de segurança social** para os trabalhadores da sociedade civil. A sociedade civil continuou a trabalhar no sentido de exigir a responsabilização dos governos, muitas vezes em condições difíceis, ao fazer perguntas detalhadas sobre a qualidade das respostas de emergência, chamar a atenção para falhas, e insistir no respeito dos direitos e na limitação temporária das liberdades.

A sociedade civil continuará a mobilizar-se - sobre as questões-chave levantadas em 2019, em resposta à pandemia, e após a crise imediata ter passado. O mundo vai emergir alterado pelo vírus, mas cabe-nos tentar assegurar que mude para sempre. Não deverá haver qualquer tentativa de regressar ao mundo pré-pandêmico, marcado pelos problemas profundos que a crise expôs e aprofundou, e que tanto agravaram o seu impacto. A sociedade civil terá de desempenhar um papel ativo na construção pós-pandêmica de um mundo melhor: um mundo que justifique os sacrifícios feitos por tantas pessoas para combater o vírus.

Enfermeiras protestam contra condições precárias de segurança no trabalho durante a pandemia em Turim, Itália. Crédito: Stefano Guidi/Getty Images

Manifestantes desafiam o exército às portas do quartel militar em Cartum, Sudão, em maio de 2019. Crédito: David Degner/Getty Images

O IMPACTO DA SOCIEDADE CIVIL NUM ANO DE AÇÃO

Ao darmos forma às nossas respostas ao vírus e ao construirmos um mundo pós-pandêmico melhor, podemos retirar lições importantes das estratégias que utilizamos e dos êxitos que alcançamos em 2019. Embora os problemas políticos, econômicos e sociais que enfrentamos fossem vastos, 2019 foi um ano em que a ação cívica teve um impacto significativo na garantia de mudanças progressivas, no avanço do respeito pelos direitos cívicos e liberdades democráticas, em políticas econômicas mais justas, em pôr fim a desigualdades, na ação sobre a crise climática e na reforma internacional. Buscamos uma série de estratégias para alcançar o sucesso, incluindo protestos coletivos e solitários, desobediência civil não violenta, iniciativas de defesa e campanhas da sociedade civil, utilização criativa das redes sociais e trabalho através dos tribunais e parlamentos.

Em 2019, uma grande onda de protestos foi desencadeada em todo o mundo, da Colômbia a Hong Kong. Muitos protestos foram não partidários; visaram governos e líderes em exercício em todo o espectro político, ao exigir que deviam fazer melhor para satisfazer as necessidades das pessoas ou abrir o caminho para isso. Muitas vezes, as pessoas não queriam uma simples rotação das elites, mas uma mudança em todo o sistema de governança, como ficou demonstrado no Chile e no Líbano. Estes protestos foram um sinal de que os sistemas de governança existentes eram inadequados e incapazes de tratar das reinvindicações das pessoas. Os manifestantes exigiram que as suas vozes fossem ouvidas, os seus direitos humanos fundamentais respeitados e as suas vidas melhoradas.

As pessoas repetidamente expressaram o seu desejo para mais e melhor democracia. Mobilizaram-se em diversos contextos: onde se realizaram eleições que não foram livres e justas, como no Cazaquistão e na Tailândia; onde as pessoas detentoras do poder pareciam determinadas a não desistir dele e manipularam as regras a seu favor, como aconteceu na Bolívia e na Guiné; e onde há muito era negado às pessoas o direito básico de escolher aqueles que governam em seu nome, como foi o caso em Hong Kong e no Sudão. Todos estes protestos levaram à convicção de que a democracia exige uma concorrência eleitoral livre e justa, a disponibilidade de verdadeiras alternativas, o respeito pelas opiniões minoritárias e divergentes e a oportunidade de debater uma série de pontos de vista antes de chegar a decisões informadas.

Outra grande tendência de mobilização em 2019 viu as pessoas serem levadas a protestar devido a dificuldades econômicas e a preocupações financeiras prementes. Os protestos em massa foram desencadeados frequentemente por protestos que, isoladamente, poderiam parecer relativamente insignificantes: um aumento dos custos de combustível no Irã e no Zimbábue; um ligeiro aumento das tarifas dos transportes no Chile; um novo imposto sobre as redes sociais no Líbano. O que pareciam ser pequenos ajustes nas políticas econômicas revelaram-se um ponto de inflexão para as pessoas que lutavam para sobreviver. Muitas pessoas que enfrentavam dificuldades sentiram que tinham de se fazer ouvir por todos os meios disponíveis. As revelações da corrupção contribuíram frequentemente para o desencadeamento de protestos, notavelmente na Colômbia, no Egito e no Haiti, uma vez que as pessoas viram a si próprias como alvos de políticas que aumentavam as suas dificuldades, enquanto as elites políticas permaneciam seguras na sua riqueza adquirida de forma desonesta.

Embora seu desencadeamento tenha sido aparentemente insignificante, muitos destes protestos revelaram enormes fraturas subjacentes aos sistemas econômico e político e anos de descontentamento crescente. Uma vez passado o ponto crítico, os manifestantes não queriam aceitar reformas fragmentadas ou a inversão das políticas que desencadearam os protestos iniciais e exigiam cada vez mais uma mudança radical. As pessoas viraram-se contra a economia neoliberal e as políticas de austeridade associadas, que causaram grandes desigualdades, e desafiaram os arranjos políticos internos que institucionalizaram políticas econômicas fracassadas e a corrupção das elites.

De forma impressionante, em muitos protestos, incluindo na Índia, Iraque e Líbano, as pessoas uniram forças através de uma variedade de divisões antigas – gênero, idade, classe social, religião, etnia – compreendendo que aquilo que partilhavam era mais forte do que aquilo que as separava. Isto foi importante porque impediu que os líderes políticos apaziguassem e separassem alguns grupos da massa de manifestantes e comunicou que as exigências de protesto vinham de toda a população. E, ao aproximarem-se, as pessoas conseguiram muitas vezes obter um impacto significativo. No Sudão, os manifestantes expulsaram um ditador e depois resistiram à imposição de um regime militar. No Equador, as duras medidas de austeridade foram invertidas. Em Hong Kong, o governo foi forçado a revogar um plano para facilitar a extradição de pessoas para a China continental. No Chile, os manifestantes ganharam a promessa de um novo contrato social que procurava garantir a justiça de gênero e a participação nos processos

para escrever uma nova Constituição. Muitos protestos continuaram depois de as suas causas imediatas terem sido abordadas, porque as pessoas começaram a exigir mudanças mais profundas e duradouras; os impactos que conseguiram ofereceram uma validação do conceito, encorajando-as a continuar.

O ano 2019 foi também o ano em que a sociedade civil fez das mudanças climáticas manchetes dos jornais e as tornou parte da conversa quotidiana. Em todo o mundo, o movimento de greve escolar global liderado por jovens, a Extinction Rebellion e inúmeros movimentos ambientais e indígenas exigiram que os tomadores de decisão reconhecessem e prestassem atenção à escala da emergência climática e tomassem medidas para evitar os piores impactos antes que seja tarde demais. A sociedade civil deixou claro que a falta de ação sobre a realidade das mudanças climáticas era uma escolha política e uma escolha extremamente imprudente e autodestrutiva.

O movimento climático teve impacto, inclusive sob a forma de numerosas declarações de emergência da condição climática, bem como da cessação de alguns patrocínios da indústria dos combustíveis fósseis. Foram pequenos passos que precisam ser desenvolvidos, mas foram um começo crucial, promovendo o reconhecimento de que o problema existe e de que é necessário agir. Em 2019, o movimento climático ganhou o argumento de forma decisiva. Transformou um tema negligenciado numa história de primeira página e uma questão sem interesse político num ponto central da agenda. Apesar das tentativas desesperadas dos negacionistas climáticos, que gastaram bilhões para promover a desinformação, a escala da crise climática é agora amplamente reconhecida. A sociedade civil continuará a mobilizar-se para garantir que os decisores não olhem para o outro lado.

No que diz respeito à ação em matéria de clima e a uma série de outras questões - como a violência baseada em gênero e os direitos LGBTQI+ - **a sociedade civil teve impacto ao envolver-se simultaneamente em múltiplas frentes.** As ações de sensibilização, mobilização das pessoas e pressão para a mudança junto aos tomadores de decisão tiveram lugar em todos os níveis, desde as ruas e os locais de destruição extrativista até aos fóruns internacionais de alto nível. A sociedade civil utilizou todos os espaços institucionais disponíveis, mas também recorreu às tácticas de disrupção. O ano assistiu a uma ampla adesão - especialmente por parte do movimento de ação climática - à ação direta não violenta e à desobediência civil como meios de expressar divergências, construir apoio e consolidar o diálogo. O meio foi, em grande medida, a mensagem: a disrupção capturou manchetes e sinalizou que as tentativas de manter o status quo não faziam sentido face à crise. As pessoas mostraram repetidamente que estavam dispostas a bloquear, a ocupar e a perturbar. Provaram estar dispostas a violar leis injustas que restringem indevidamente os protestos, apesar de, ao fazê-lo, terem arriscado a violência das forças de segurança.

Os protestos e outras ações da sociedade civil tiveram lugar num contexto de restrições contínuas do espaço cívico e de um crescente retrocesso anti-direitos. O ressurgimento do discurso anti-direitos humanos tornou mais difícil a vida quotidiana de migrantes, refugiados, membros de minorias religiosas, pessoas LGBTQI+, mulheres e muitos outros. As mulheres e as pessoas LGBTQI+, em particular, continuaram a ser alvo de **grupos anti-direitos** humanos ligados a comunidades religiosas ultraconservadoras, dotadas de recursos adequados, estrategicamente enredadas nas estruturas governamentais e politicamente ligadas aos níveis mais elevados. Entre muitos exemplos, grupos anti-direitos humanos obstruíram os protestos em prol dos direitos das mulheres e LGBTQI+ na Rússia, organizaram contraprotestos na Espanha e, no Peru, procuraram fechar uma OSC feminista católica.

As reações contrárias aos direitos humanos deram prioridade crescente à arena internacional e, em especial, às instituições de direitos humanos da ONU, contestando o espaço internacional com a sociedade civil. As instituições internacionais têm sido enfraquecidas por Estados autoritários e líderes regressivos, facilitando o acesso e a influência dos grupos e políticos anti-direitos, permitindo-lhes contestar os direitos humanos universais. Enquanto isso, a procura de financiamentos alternativos levou à priorização das parcerias com o setor privado, concedendo aos dirigentes empresariais poderosos um acesso privilegiado e reforçando, em vez de desafiar, as disparidades de poder econômico. **Em resposta, a sociedade civil instou à reforma dos espaços internacionais para os tornar mais abertos, democráticos e inclusivos.**

Mesmo num contexto desencorajador de avanços anti-direitos humanos e de crescentes restrições do espaço cívico, grandes vitórias foram obtidas no desafio à exclusão. Após uma extensa campanha de sensibilização da sociedade civil, a homossexualidade foi descriminalizada em Botsuana e as pessoas LGBTQI+ asseguraram o direito de casar em Taiwan. Os tribunais sul-coreanos derrubaram uma lei que proibia o aborto, enquanto as leis foram alteradas para aumentar a idade legal do casamento na Indonésia e em Moçambique.

Mesmo enfrentando assédio, ameaças e violência, mulheres corajosas e

pessoas defensoras dos direitos humanos LGBTQI+ lutaram para tornar visível o invisível, compartilhar as realidades das suas experiências e fazer-se ouvir. O movimento #MeToo continuou a se espalhar pelo mundo, em países tão diversos como o Japão e a Nigéria, através do qual as mulheres, em diversas circunstâncias, colocaram as suas preocupações na ordem do dia, fizeram progressos na mudança de atitudes do público e encontraram alguma conclusão ao responsabilizar os autores de abusos sexuais. As comunidades LGBTQI+ mobilizaram marchas de orgulho face à hostilidade numa série de países, incluindo a Polônia e Cingapura. As marchas de mulheres exigiram igualdade, direitos sexuais e reprodutivos e o fim da violência baseada no gênero em todos os continentes habitados, da Argentina à África do Sul e da Austrália ao México.

A sociedade civil também se mobilizou contra a tendência do populismo de extrema-direita e do nacionalismo que traz consigo muitos ataques à sociedade civil e aos grupos excluídos. 2019 ofereceu provas vitais de que a maré pode ser invertida: enquanto os populistas e nacionalistas de extrema-direita obtiveram ganhos em alguns países, encontraram reveses noutros. Em alguns contextos, incluindo nas eleições municipais na Hungria e na Turquia, formaram-se alianças amplas bem-sucedidas para resistir a esses partidos. O ano também viu avanços para os partidos verdes, incluindo na Áustria e na Alemanha, capitalizando a crescente consciência da crise climática gerada pela ação cívica. A implicação foi que, em muitos contextos, a política permanece altamente volátil e fragmentada, caracterizada pela rejeição de partidos estabelecidos, mas **há mais de um canal que a raiva política pode seguir e alternativas progressistas e orientadas para os direitos podem avançar.**

Novos modelos de liderança feminista começaram a surgir. Em contraste com o estilo de liderança forte e machista associado ao populismo de extrema-direita e ao nacionalismo, várias jovens mulheres líderes, algumas com uma história de ativismo na sociedade civil, ascenderam ao poder em 2019, notavelmente na Finlândia e na Eslováquia, encarnando uma abordagem à liderança que enfatiza a empatia, a racionalidade, a justiça, a colaboração e o reconhecimento de direitos. Este estilo de liderança estava patente na Nova Zelândia em 2019, quando a Primeira-Ministra Jacinda Ardern deu ao mundo uma lição de força, empatia e sanidade na forma como lidou com o pior ataque terrorista da história do seu país, e novamente em 2020, quando foi elogiada por mostrar liderança transformacional na gestão da pandemia.

Para além da política formal e das mobilizações em prol dos direitos das mulheres, **as mulheres desempenharam papéis de liderança nos protestos em massa de 2019.** Em muitos contextos, a participação das mulheres foi crucial para o impacto que as mobilizações alcançaram. Já não preparadas para serem relegadas a papéis de apoio, as mulheres forçaram a sua entrada na linha da frente e tornaram-se o rosto público dos protestos em prol de mais e melhor democracia, políticas econômicas e sociais mais justas e ações no domínio do clima. Ao fazê-lo, na Argélia, na Índia, em Porto Rico e em muitos outros países, as mulheres insistiram que as agendas de protesto incluíssem exigências de igualdade de representação e direitos das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos e o fim da violência baseada em gênero.

Muitas mulheres líderes de protestos eram jovens, um fato que apontou para **outra característica proeminente de 2019: o papel de liderança da juventude nos movimentos pela mudança.** Relativamente à crise climática, jovens, muitos agindo pela primeira vez, se organizaram com poucos recursos, mas com grande eficiência, reunindo um enorme movimento global. Enfrentaram a discriminação baseada na idade e exigiram ser ouvidos nas decisões que afetam as suas vidas e o seu futuro. Deram uma lição muito necessária aos mais velhos, pondo de lado os estereótipos para encarnar a voz da razão, abraçando a ciência e a tomada de decisões baseadas em evidências e pondo em questão a desinformação. Uma nova geração cívica está ascendendo, mostrando o poder que pode ser libertado através do ativismo pessoal, do engajamento criativo e da coordenação descentralizada.

As ações acima descritas estão atualmente em pausa, mas certamente voltarão a surgir no mundo pós-pandêmico. Nunca houve um tempo mais necessário para os movimentos, lutas e ações aqui delineados do que na luta por uma recuperação socialmente justa e baseada nos direitos.

Um grupo de estudantes equatorianos protesta contra a corrupção em maio de 2020 em Quito.Crédito: Xavier Caivinagua/Agencia Press South/Getty Images

OLHANDO PARA O FUTURO: COMO SERÁ O MUNDO PÓS-PANDÊMICO?

A sociedade civil está pronta para desempenhar o nosso papel na construção de um mundo pós-pandêmico melhor, que funcione para todos. Com base na análise que este relatório faz das ações da sociedade civil, durante 2019 e em resposta à crise atual, são sugeridas cinco áreas-chave para o empenho da sociedade civil.

1. RESPEITAR OS DIREITOS CÍVICOS E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Os direitos cívicos e as liberdades democráticas são agora, mais do que nunca, necessários. A sociedade civil precisa ser livre, para que possamos desempenhar o nosso papel apropriado na resposta à pandemia e no controle das decisões tomadas em resposta à crise, ajudar a garantir que as lições sejam consideradas e tornarmo-nos parceiros iguais na reconstrução pós-pandêmica. No período imediato da resposta ao vírus, as medidas de proteção da saúde pública devem respeitar **os direitos humanos**. Temos que desafiar a censura, as restrições ao **acesso à informação** e as violações da privacidade pessoal, e expor o alcance excessivo dos governos, como, por exemplo, a vigilância ilícita. Temos de continuar a defender o direito das pessoas a expressarem a sua divergência democrática. Temos de exigir que todas as medidas de emergência resistam ao teste da proporcionalidade e da necessidade, em conformidade com o direito internacional e com os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, e sejam retiradas o mais rapidamente possível. Olhando para o futuro, teremos que promover novas estratégias para combater a desinformação e novos modelos de liderança inclusiva e responsável. A sociedade civil continuará a exercer pressão no sentido de um espaço cívico aberto e exortará os governos a adotarem abordagens para a reconstrução centradas nas pessoas e em parcerias, que satisfaçam a procura de mudanças positivas. Como parte disto, os pacotes de estímulo econômico preparados pelos Estados devem reconhecer a necessidade de permitir os recursos adequados da sociedade civil e garantir a **sustentabilidade** das organizações no terreno e no Sul global.

Ativistas marcham em Brasília pela vida, a democracia e a liberdade durante a pandemia da COVID-19. Crédito: Andressa Anholete/Getty Images

2. REPENSAR AS ECONOMIAS

Chegou o momento de repensar a forma como as economias estão estruturadas. Quaisquer tentativas de reafirmar políticas de austeridade duras ou de dar prioridade às necessidades do grande capital na recuperação devem ser evitadas, pois os impactos recairiam de forma desproporcionada sobre aqueles que já sofreram mais. O reequilíbrio do poder e a construção da solidariedade entre empregadores e trabalhadores, credores e devedores, e proprietários e inquilinos serão fundamentais. A sociedade civil tem estado, desde há muito, na vanguarda da crítica e da proposta de alternativas às políticas neoliberais e ao fundamentalismo do mercado, e agora é o momento de trazer as nossas ideias para a mesa. Agora é o momento de desenvolver as redes de segurança social de emergência que muitos Estados oferecem, testando devidamente o conceito de rendimento básico universal. A necessidade de financiar a recuperação deve conduzir a maiores medidas para acabar com a evasão fiscal das empresas e das elites e à introdução de políticas fiscais mais redistributivas. O fornecimento de bens públicos pelo Estado e um maior controle democrático dos serviços essenciais podem ajudar a garantir que estes sirvam melhor a recuperação, em conjunto com a intervenção para regular os preços dos bens essenciais e evitar a exploração e a especulação financeira ilícita.

3. PRIORIZAR AS PESSOAS EXCLUÍDAS

As necessidades das pessoas mais excluídas devem ser colocadas no centro das atenções. A reconstrução deve adotar uma **abordagem de direitos humanos** e alcançar primeiro os mais desfavorecidos. O estímulo econômico deve ser orientado para os mais vulneráveis, incluindo as comunidades empobrecidas e os grupos excluídos. Devem ser tomadas medidas para salvaguardar os direitos das mulheres, a saúde e o bem-estar das pessoas idosas e das crianças e para prevenir a violência contra elas. Em consonância com isto, as despesas devem ser realocadas para longe das maquinarias estatais de repressão e de guerra em prol de serviços universais de saúde e sociais. Os grupos excluídos só podem ser alcançados em parceria com a sociedade civil, incluindo as muitas iniciativas da sociedade civil que os grupos excluídos formaram para se tornarem visíveis, afirmarem os seus direitos e melhorarem as suas vidas.

4. RENOVAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A cooperação internacional continua a ser vital. As respostas à pandemia devem reforçar e defender a autonomia das instituições internacionais, e não só da Organização Mundial da Saúde, mas também das instituições que promovem os direitos humanos, a paz e o desenvolvimento sustentável. Temos de trabalhar para garantir que as instituições multilaterais estejam livres da influência de Estados poderosos, de líderes egoístas e das motivações lucrativas do grande capital. A próxima crise global deverá ser enfrentada por instituições internacionais que tenham capacidade e recursos para funcionar como fontes cruciais de aconselhamento, expertise e apoio. Atuação dos Estados para pagar as **vastas somas de dinheiro** que devem à ONU seria um primeiro passo vital, mas, para além disso, a sociedade civil precisa ser envolvida nas discussões sobre como as instituições da ONU devem mudar e deve ser permitido que ela desempenhe um papel adequado para as responsabilizar. Devemos também centrar as nossas ações de incidência nas instituições financeiras internacionais, a fim de garantir que estas deem prioridade ao alívio da dívida dos países do Sul a nível mundial.

5. RESPONDER À CRISE CLIMÁTICA

Existe agora uma oportunidade de ouro para intensificar a ação em matéria de mudanças climáticas. A cura da natureza vista em tantos lugares deveria ser mais fomentada. A proteção da biodiversidade deve ser considerada uma prioridade. As novas formas de trabalho introduzidas durante a crise, que reduzem as pegadas de carbono, devem mantidas sempre que possível. O **Acordo de Paris** deve ser revigorado para garantir que as emissões de gases com efeito de estufa sejam reduzidas e que o aumento da temperatura global seja reduzido ao mínimo. Os esforços de transição devem centrar-se numa recuperação ecológica, com base no trabalho de ponta da sociedade civil no desenvolvimento de propostas de novos acordos verdes para promover a produção, o consumo e o emprego sustentáveis. Há que resistir a todo o custo aos esforços de reconstrução que reduzem os compromissos ambientais existentes e dependem da extração de combustíveis fósseis nocivos.

Enquanto sociedade civil, temos que contar as histórias de como a nossa resposta de emergência fez a diferença, a resiliência e a esperança que partilhámos, a inovação e a criatividade que lideramos e a solidariedade que mobilizamos. Temos de defender o papel da sociedade civil na reconstrução. Como parte disso, precisamos melhorar ainda mais o trabalho em rede e a partilha de recursos, uma vez que a crise expôs desafios de sustentabilidade. É necessária uma sociedade civil capacitada, dotada de recursos adequados e fortemente ligada em rede, centrada na solidariedade mútua e não na concorrência, para corresponder à nossa ambição. Podemos e devemos desempenhar plenamente o nosso papel para assegurar uma recuperação que não tente voltar ao antigo normal, mas sim avançar para um novo melhor.

Em Tóquio, Japão, jovens ativistas climáticos denunciam em março de 2020 o papel do Grupo Financeiro Mizuho no financiamento de projetos de carvão em todo o mundo. Crédito: Kentaro Takahashi/Bloomberg vía Getty Images

CRÉDITOS

ENTREVISTAS

- Nicolas Agostini, DefendDefenders: **'#UN75: Human rights are at the centre of multilateral diplomacy'**, 20 de janeiro de 2020
- Nisreen Al Sayeem, Sudan Youth Organization on Climate Change and Youth and Environment: **'Sudan: Young activists show climate solidarity through drought, floods and tears'**, 24 de outubro de 2019
- Serap Altinisik, Plan International e Fair Share of Women Leaders: **'Women's rights: At this pace, it will take us nearly a century to reach equality'**, 12 de março de 2020
- Bilen Asrat, Ethiopian Civil Society Organisation Forum: **'Ethiopia: For civil society, 2019 has been a new beginning'**, 9 de março de 2020
- Hassan Abdel Ati, National Civic Forum, Sudão: **'Detention was the easiest punishment you could have'**, 7 de maio de 2019
- María Emilia Berazategui, Transparência Internacional: **'G20: Civil society is treated as a second-class partner; its recommendations often go unheard'**, 27 de fevereiro de 2020
- Juan Antonio Blanco, Observatorio Cubano de Conflictos: **'Cuba: Los disidentes son millones; no hay calabozos para tanta gente'**, 1 de janeiro de 2020
- Eliana Cano, Católicas por el Derecho a Decidir – Peru: **'Perú: La corriente ultraconservadora está afectando la vida democrática y los derechos fundamentales'**, 11 de julho de 2019
- Jhewoung Capatoy, Young Bataeños for Advocacy Network: **'Philippines: If we don't fight against the system, people will continue to die'**, 26 de fevereiro de 2020
- Sally Chin, Oxfam Internacional: **'#UN75: Commitments to the Women, Peace and Security agenda are going unfulfilled'**, 13 de fevereiro de 2020
- Abdel-Rahman El Mahdi, Sudanese Development Initiative: **'Sudan: Demands for political change are fuelled by brutal state response to protests'**, 18 de fevereiro de 2019
- Yolette Etienne, Action Aid Haiti: **'#UN75: The system is slow and not at all agile'**, 5 de fevereiro de 2020
- Dumiso Gatsha, Success Capital NGO: **'Botswana: Anti-rights groups are emerging in reaction to progressive gains'**, 15 de agosto de 2019
- Amit Gilutz, B'Tselem – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories: **'Israel: There is a lack of political will to end the occupation'**, 9 de janeiro de 2019
- Alexandra González Zapata, Campaña Defender la Libertad: **'Colombia: La ciudadanía está indignada y cansada de las políticas que la han sumido en la pobreza'**, 21 de fevereiro de 2020
- Yared Hailemariam, Association for Human Rights in Ethiopia: **'Ethiopia: Civil society can play a key role in overcoming divisions'**, 25 de setembro de 2019
- Sharon Hom, Human Rights in China: **'China: Its international role both originates in and enables domestic political control'**, 14 de fevereiro de 2020
- Sharif Jamil, Bangladesh Poribesh Andolon e Waterkeeper Alliance: **'Bangladesh: Protecting water amounts to protecting basic human rights in all nations'**, 2 de março de 2020
- Aaron Lainé e Raluca Muresan, Control Arms: **'Arms control: Greater women's participation in male-dominated mechanisms would increase prospects for peace'**, 4 de março de 2020
- Asia Leofreddi, Confronti, Itália: **'Anti-rights groups: Protesting once is not enough; we need to fight back every single day'**, 6 de fevereiro de 2020
- Arshak Makichyan, estudante e ativista, Rússia: **'Climate strikes: We take risks because there is no security without a future'**, 23 de agosto de 2019
- Rodrigo Meruvia, Fundación Gaia Pacha: **'Bolivia: Empoderamos a los jóvenes para que ellos lideren el movimiento por el clima'**, 11 de fevereiro de 2020
- Jonathan Mesulam, Alliance of Solwara Warriors: **'Papua New Guinea: If we allow seabed mining everyone is at risk'**, 17 de fevereiro de 2020
- Uma Mishra-Newbery, Women's March Global: **'People cannot stay on the sidelines when their rights are being taken away'**, 27 de junho de 2019
- Sahar Moazami, OutRight Action International: **'In response to anti-right narratives, we need to support one another in all of our diversity'**, 10 de julho de 2019
- Rodrigo Mundaca, Movimiento de Defensa por el acceso al Agua, la Tierra y la Protección del Medioambiente: **'Chile ha privatizado por completo el agua, lo cual significa que el robo está institucionalizado'**, 12 de fevereiro de 2020
- Soledad Fátima Muñoz, ativista feminista: **'Chile: Se ha producido un despertar ciudadano de dimensiones históricas'**, 27 de novembro de 2019
- Maria Nailevu, ativista feminista e defensora do clima, Fiji, **'Climate change: Feminists have pushed for marginalised voices to be heard'**, 25 de outubro de 2019

- Rosanna Ocampo, Asian Forum for Human Rights and Development: **'#UN75: The Human Rights Council has made a positive difference in addressing human rights violations'**, 3 de fevereiro de 2020
- T King Oey, Arus Pelangi, Indonésia: **'LGBTQI+ rights: There is an ongoing desire among many to more closely regulate morality'**, 12 de agosto de 2019
- Pepe Julian Onziema, Sexual Minorities Uganda: **'LGBTQI+ rights in Uganda: Intolerance is fuelled by anti-rights groups and leaders'**, 19 de fevereiro de 2020
- Cristina Palabay, KARAPATAN Filipinas: **'#UN75: Governments use the UN to sanitise their image before the international community'**, 30 de janeiro de 2020
- Angie Pankhania, United Nations Association – UK: **'#UN75: The UN cannot afford to miss opportunities for civil society engagement'**, 24 de fevereiro de 2020
- Perk Pomeyie, Ghana Youth Environmental Movement: **'Ghana: Work in the corner of your community has a potential to cause change at the top'**, 10 de março de 2020
- Eliana Quiroz, Fundación Internet Bolivia: **'Bolivia: La sociedad civil, al igual que la sociedad política, está profundamente dividida'**, 7 de fevereiro de 2020
- Adriana Ramos, Instituto Socioambiental, Brasil: **'Mudança climática: Não há um respeito pelo papel da sociedade civil'**, 27 de setembro de 2019
- Natasha Rather, Asian Federation Against Involuntary Disappearances: **'Due to the communications blockade in Kashmir, news of protests went largely underreported'**, 18 de dezembro de 2019
- John Romano, Transparency, Accountability, and Participation Network: **'#UN75: There is often a lack of transparency on how civil society's inputs are reflected in UN work'**, 6 de março de 2020
- Nicole Romo, Comunidad de Organizaciones Solidarias: **'Chile: Hay un rechazo estructural hacia la forma de gobernar de todas las décadas anteriores'**, 6 de janeiro de 2020
- Ziad Abdel Samad e Zahra Bazzi, Arab NGO Network for Development: **'Lebanon: Increased popular awareness is irreversible, it will remain despite any setbacks'**, 25 de fevereiro de 2020
- Bart Staszewski, Lublin Equality March Association: **'Poland: People are more understanding and supportive of LGBTQI+ issues than politicians'**, 1 de abril de 2020
- Audrey Tang, Ministra Digital de Taiwan: **'Taiwan: Same-sex marriage legalisation a joint effort of government and civil society'**, 11 de novembro de 2019
- Núria Valls, Liga Iberoamericana de Organizaciones de la Sociedad Civil : **'España: Las reglas de juego de la democracia son usadas para promover una ideología anti-derechos'**, 29 de janeiro de 2020
- Caroline Vernaillen, Democracy International: **'#UN75: It is time for the UN to be bold again!'**, 4 de fevereiro de 2020
- Sutharee Wannasiri, ativista de direitos humanos: **'Thailand: Nobody should go to jail simply for expressing their opinions'**, 6 de setembro de 2019
- Johnson Yeung, Hong Kong Civil Hub: **'Hong Kong: This is a leader-full movement, ran by countless small networks of talented people'**, 10 de fevereiro de 2020
- Wong Yik-mo, Civil Human Rights Front: **'Hong Kong: We may have not achieved our demands yet, but we've built solidarity'**, 11 de julho de 2019
- Anônima - Ativista e manifestante, **'Egypt: There's been severe deterioration in the rule of law and respect for human rights'**, 11 de março de 2020
- Anônimo - Jovem ativista, Fridays for Future e Hijos del Posconflicto: **'Colombia: La protección del medio ambiente es inseparable del éxito del proceso de paz'**, 5 de março de 2020
- Anônimos - Funcionários da ONU: **'United Nations: Anti-rights groups come in under the pretence of speaking about human rights'**, 27 de agosto de 2019

CIVICUS

Equipe editorial e de pesquisa

Andrew Firmin, Inés M. Pousadela, Mandeep Tiwana

Equipe de comunicação

Kgalalelo Gaebee, Thapelo Masiwa, Lerato Pagiwa, Silvia Puerto Aboy, Matthew Reading Smith, Nora Sicard, Nina Teggarty, Deborah Walter

Colaboradores da CIVICUS

Amal Atrakouti, Josef Benedict, Suhani Bhushan, Clara Bosco, Natalia Gómez Peña, Tor Hodenfield, David Kode, Débora Leão, Aarti Narsee, Elisa Novoa, Dominic Perera, Natalia Seoane, Ine Van Severen, Hannah Wheatley, Susan Wilding

Designer

Diego López García

CONECTE-SE CONOSCO

civicus.org info@civicus.org /CIVICUS @CIVICUSalliance

OFICINA CENTRAL
25 Owl Street, 6º andar
Joanesburgo, 2092
África do Sul
Tel: +27 (0)11 833 5959
Fax: +27 (0)11 833 7997

CENTRO ONU: NOVA YORK
205 E 42nd St, 7º andar
Nova York, NY, 10017
Estados Unidos

CENTRO ONU: GENEBRA
1 Avenue de la Paix
Genebra, CH-1202
Suíça
Tel: +41 (0)22 733 3435